

1. Informações Básicas

1.1 Número do Processo

2. Descrição da necessidade

2.1 As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos. Neste sentido, um planejamento bem elaborado, propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. Por isso é fundamental realizar este estudo para aquisição de materiais para as atividades agropecuárias do Instituto Federal Sudeste de Minas.

O problema a ser resolvido por este estudo é a melhor forma para aquisição de materiais diversos, usados na área agrícola

O presente estudo é relativo à compra conjunta do Instituto Federal Sudeste de Minas de insumos agropecuários destinados à manutenção das atividades do Setores Rurais do Campus Barbacena. Esta aquisição visa atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão dos laboratórios de produção animal e vegetal que conta com setores de Bovinocultura de Leite (100 animais), Bovinocultura de Corte (80 animais), Bubalinocultura (20 animais), Caprinocultura (50 animais), Ovinocultura (50 animais), Avicultura (5000 animais), piscicultura (10 tanques), Apicultura (30 caixas), Equideocultura (20 animais), minhocultura, Suinocultura (300 animais) e Cunicultura (100 animais), fruticultura, horticultura, floricultura, estufas, áreas destinada à culturas anuais e perenes, agroindústrias de carne, leite, vegetais, e minhocultura.

A falta deles pode acarretar, além de prejuízos ligados à aprendizagem, visto que estes laboratórios atendem aos cursos de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Superior em Agronomia e Superior em Tecnologia em Alimentos, e projeto de pesquisa de outros cursos desta e de outras instituições, com um público estimado de aproximadamente 680 alunos.

Diante do exposto, a falta destes materiais acarretará prejuízos de cunho econômico, como morte de animais e plantas além dos prejuízos às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

A listagem e detalhamento dos materiais encontram-se nos anexos deste documento.

3. Área requisitante

3.1 Diretoria de Administração - Nilcemara Aparecida Vidal - 1789223

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais consistem em itens comuns de mercado, portanto não foram exigidos critérios além daqueles que as empresas precisam cumprir de acordo com as normas vigentes.

4.1. Requisito de Sustentabilidade

Há critérios de sustentabilidade, usados como parâmetro nesta contratação, discriminados nas descrições /especificações técnicas de cada item, contidos na tabela do anexo II (Critérios Específicos de Sustentabilidade do Material).

4.1.1. Dimensão Social: A licitação deverá possuir margens de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.1.2. Dimensão Econômica:

4.1.2.1. Produtos adquiridos estão previstos no planejamento do órgão, Plano Anual de Contratações, são baseados em histórico de consumo e estão alinhados ao planejamento estratégico.

4.1.2.2. Quanto à estimativa de custos, foi feita a pesquisa de acordo com a IN 73 de pesquisas de preços, com descrição detalhada abrangendo qualidade, eficiência e durabilidade.

4.1.2.3. Indica-se a contratação por meio de pregão eletrônico.

4.1.3. Dimensão Ambiental:

4.1.3.1. A opção por produtos mais sustentáveis, observando-se os preços e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade, atende ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das contratações públicas.

4.1.3.2. Para a contratação em voga, deu-se preferência, na descrição dos itens, de detalhamentos que permitam a aquisição de materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção;

4.1.3.3. Foi feita uma pesquisa de mercado, na busca de materiais mais modernos, capazes de implementar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.3.4. A administração pública tem o dever de verificar se os as marcas e os modelos dos itens oferecidos pelos licitantes atendem, entre outros critérios de sustentabilidade, as recomendações e modelos de licitações sustentáveis disponibilizados pela Advocacia Geral da União.

4.1.3.5. Os critérios de sustentabilidade serão, neste tópico, objetivamente definidos e veiculados como especificação técnica do objeto e de acordo com o estabelecido no Decreto nº 7.746/2012, nas Instruções Normativas 01/2010 e 10/2012 e alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (3ª edição - abril, 2020), entre normativos correlatos.

4.1.3.6. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, como, por exemplo, Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou certificação energética, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.1.3.7. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.3.8. Os licitantes que não forem os FABRICANTES dos produtos e cuja descrição no Anexo I - Cotação de Preços, exija critérios de sustentabilidade para aceitação das propostas, DEVERÃO identificar claramente o CNPJ dos fabricantes em suas propostas, bem como a marca e o modelo do produto.

4.1.3.9 O licitante deverá comprovar que o FABRICANTE, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, está regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

4.1.3.10. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar, anexo à proposta, documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

4.1.3.11. Quando desse planejamento, o endereço eletrônico para a consulta pública do certificado de regularidade era

https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php.

4.1.3.12 Em cumprimento ao Decreto Nº 2.783, de 17 de setembro de 1998, que versa sobre a proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a Contratada não poderá fornecer materiais que contenham, em sua composição, alguma das substâncias abaixo relacionadas. Caso isso ocorra, a contratante se reserva ao direito de rejeitar os materiais, correndo por conta da Contratada, os custos de retirada e substituição do produto.

Substâncias que não podem conter nas formulações dos materiais fornecidos:

CFC-11 Triclorofluormetano
CFC-12 Diclorodifluormetano
CFC-13 Clorotrifluormetano
CFC-111 Pentaclorofluoreto
CFC-112 Tetraclorodifluoreto
CFC-113 Triclorotetrafluoreto
CFC-114 Diclorotetrafluoreto
CFC-115 Cloropentafluoreto
CFC-211 Heptaclorofluorpropano
CFC-212 Hexaclorodifluorpropano
CFC-213 Pentaclorotetrafluorpropano
CFC-214 Tetraclorotetrafluorpropano
CFC-215 Tricloropentafluorpropano
CFC-216 Diclorohexafluorpropano
CFC-217 Cloroheptafluorpropano
HALON 1211 Bromoclorodifluormetano
HALON 1301 Bromotrifluormetano
HALON 2402 Dibromotetrafluoreto
CCl₄ Tetracloro de Carbono
C₂H₃Cl₃ 1,1,1 Tricloroetano (Metil Clorofórmio)

4.1.3.13 A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

4.1.3.14 Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.”

4.1.3.15 Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

4.2. Requisito de Validade: Os materiais com data de validade, quando de sua entrega, deverão ter no mínimo dois terços da validade recomendada pelo fabricante.

4.3. Requisito de entrega:

4.3.1. O horário de entrega deve ser de segunda-feira a quinta-feira, das 8h às 10:30h e de

14:00h às 16h ou sexta feira das 8h às 10:30h e de 14:00h às 15h, no seguinte local: Campus Barbacena, rua Monsenhor José Augusto, nº 204 - Bairro São José - Barbacena – MG. (32) 3333-2527 / (32) 3333-7150

4.3.2. A descarga dos materiais adquiridos deverá ser de responsabilidade da contratada.

4.4 Na elaboração do Edital relativo a presente contratação, deverão ser observadas as recomendações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 4a Edição - Página 106 a 108.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram consultadas 14 contratações, na modalidade pregão, de outras unidades de ensino federal, com características semelhantes à do Campus Barbacena e a forma de contratação mais recorrente foi a de pregão por registro de preços, modalidade indicada neste estudo para atendimento desta demanda.

5.2 Quando da escolha dos itens, foram consultados dados técnicos na busca das soluções mais adequadas para atender a demanda.

5.3 Foi encontrado no mercado empresas que prestam serviços com fornecimento de materiais. Tal modelo é uma opção a ser analisada para atender à demanda existente.

5.4 Quanto à produção de silagem, foram encontrados no mercado empresas que fornecem este alimento já pronto. Este estudo indica a necessidade de avaliar a possibilidade de adquirir a maioria deste volumoso de forma pronta e plantar apenas uma pequena parte, juntamente com os alunos, exclusivamente em atividades de aulas práticas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 O material adquirido neste pregão será utilizado nas atividades de manutenção descritas abaixo:

Ligadas à agricultura:

- a) Relacionadas ao preparo, manejo e recuperação do solo:
- b) À produção e manejo de mudas de espécies vegetais diversas:
- c) À implantação e manejo de áreas cultivadas:
- d) À implantação e manejo das áreas de produção de biomassa, banco de proteína,
- e) À implantação e manejo das áreas experimentais:
- f) Podar as plantas frutíferas, florestais, dentre outras sempre que necessário;
- g) Coletar, selecionar, beneficiar e preparar material propagativo;

Ligadas à Pecuária

- a) À alimentação, manejo das instalações e tratamentos sanitários de animais (coelhos, aves, minhocas, peixes, caprinos, suínos, bovinos, equinos, bubalinos) e das abelhas melíferas:
- b) Manejo em Zootecnia (Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura):
- c) Manejo em Zootecnia (Bovinocultura e Equinocultura):
- d) Realizar calagem, adubação e irrigação;
- e) Realizar plantios;
- f) Realizar limpeza de áreas;

6.2 Da análise dos materiais objeto desta contratação é possível concluir que há no mercado diversas empresas fornecedoras, com uma variedade de marcas capazes de atender a demanda, bem como proporcionar competitividade ao certame. Pode-se afirmar que se trata de bens comuns, pois há padrões de desempenho e qualidade que podem ser

objetivamente definidos por edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos artigo 3º do Decreto nº 10.024 /2019.

6.3 A indicação é pela contratação na modalidade de pregão, por permitir igualdade de condições a todos os concorrentes, na modalidade sistema de registro de preços (SRP), pelos seguintes motivos:

6.3.1. Se for feito um único processo de compra na modalidade pregão eletrônico, sem registro de preços, para 12 meses, seria necessário realizar outra(s) contratação(ões) no período, para atender às demandas. Com a IRP, registra-se a intenção de compra e pode-se solicitar os materiais à medida que forem sendo necessários.

6.3.2. A impossibilidade de se ter certeza no planejamento quanto ao quantitativo e os tipos de materiais necessários ao atendimento das demandas, se a modalidade da compra não for por registro de preços, poderá levar a realização de vários pregões para a contratação do mesmo objeto ao longo do ano, resultando custos de publicações, eventuais impugnações e recursos administrativos, bem como à repetição de tarefas, possibilidade preço maior associados geralmente a quantidades menores, perdendo-se o ganho gerado pela economia de escala.

6.3.3. Os materiais a serem adquiridos podem ser registrados com base no preço certo de determinada unidade do produto.

6.3.4. A compra será feita, de forma conjunta, para várias unidades do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais localizadas em diferentes municípios.

6.3.5. Evitar eventuais riscos de vencimento de prazos de validade;

6.3.6. Evitar custos de armazenamento em almoxarifado;

O Registro de Preços se adequa ainda ao atual cenário gerado pela crise sanitária, por não ser necessária a dotação orçamentária para sua realização.

6.4 Com base em contratações anteriores e na análise do artigo: Pregão eletrônico: um estudo das causas de cancelamento de itens no âmbito de uma universidade federal (<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3937>), que trata de itens cancelados em pregões de uma Instituição Federal de ensino, pode-se notar que a oitava e a nona categoria com maior número de itens cancelados fazem parte dessa pretensa contratação.

Tabela apresentada nos resultados do artigo citado acima.

Tabela 4 | Distribuição das categorias de itens cancelados por ano

Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Material de laboratório	135	229	312	325	469	1470
Material elétrico	64	0	52	68	74	258
Gêneros alimentícios	13	49	94	45	47	248
Material de manutenção predial	35	15	7	60	131	248
Ferramentas	7	2	42	71	61	183
Material pedagógico	18	14	69	23	50	174
EPI	1	15	5	65	55	141
Material agropecuário	19	50	0	21	28	118
Material de uso veterinário	0	44	22	0	48	114
Material de expediente	5	0	13	26	56	100
Material de acondicionamento e embalagens	0	0	10	10	34	54
Material de informática	0	0	15	26	0	41
Material gráfico	32	0	8	0	0	40
Material de áudiovisual	0	15	3	19	0	37
Utensílios de cozinha	0	15	0	13	0	28
Gás	0	0	0	7	0	7
Material de transporte	0	0	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Considerando o quadro acima, pode-se prever que existiram itens que não terão êxito no pregão, portanto sugere-se que ele seja repetido, incluindo os itens que não foram adquiridos.

Se mesmo assim ainda existirem itens desertos ou cancelados, fazer nova análise e avaliar a possibilidade de se fazer novo planejamento ou realizar a compra por outros meios, como uma dispensa de licitação.

6.5 Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

6.6 Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

6.7 Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

6.8 Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Os quantitativos foram estimados por cada setor e visam o atendimento das demandas de materiais usados nas atividades rurais. Seus quantitativos baseiam-se nos históricos de consumo, no número de animais e nas áreas de plantio..

No estabelecimento do quantitativo necessário em cada item também foi levado em consideração os seguintes aspectos:

7.1.1 - Levantamento do quantitativo de material em estoque ou utilizado.

7.1.2 - Levantamento da série histórica de itens de manutenção predial que foram utilizados nos reparos e manutenções.

7.2 A necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos estão de acordo com a demanda apresentada.

7.3 A descrição dos itens bem como as quantidades a serem contratadas constam do anexo I deste Estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa No. 73/2020. E seus preços encontram-se materializados no anexo I.

8.2 O artigo citado no item 6.2, indica que, dentre as causas do fracasso na aquisição de materiais, duas tem uma relação com a cotação de preços:

- a) Valor acima do estimado e fornecedor não aceitou reduzir 21% do total
- b) Valor acima do estimado e fornecedor não respondeu ao questionamento feito via chat. 16%

Para gerenciar este risco foi feito um trabalho de compartilhamento de informações junto aos responsáveis pela pesquisa de preços na intenção de reduzir o número de itens fracassados, procurando fazer uma análise criteriosa dos preços encontrados, até a constatação de que o preço pesquisado realmente refletisse o preço que o mercado pratica na venda desses produtos, nas quantidades demandadas.

8.3 A estimativa de valor para contratação é de R\$ 219.725,85 (Duzentos e dezenove mil, setecentos e vinte cinco reais e oitenta cinco centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não há justificativa nem técnica, de negócio ou jurídica que indique o não parcelamento da solução. O art. 23, parágrafo 1º, da Lei 8666, de 1993, determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A adjudicação deverá ser por item e não por preço global, por ser o objeto divisível, e não há prejuízo para o conjunto, ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Além disso, os bens pretensos de aquisição são usuais de mercado, com qualidade e desempenho padrão que podem ser prontamente definidos em edital.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Há no Campus Barbacena o contrato 14/2017 realizado com a Empresa Colabore Administração e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ 00.109.393/0001-76, com sede na Rua Pamplona, 39, Bairro Conjunto Lagoa, em Belo Horizonte MG, que utiliza os materiais deste estudo para realizar suas atividades.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Os itens estão previstos no Plano Anual de Contratações - PAC 2022 e lançados no PAC 2022. Eles estão alinhados ao PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

11.1 Em análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) extrai-se que as atividades pedagógicas desenvolvidas nos cursos citados anteriormente devem abarcar metodologias de integração entre teoria e prática.

11.2 Com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que abrange o período de 2021 a 2025 (em elaboração), será possível verificar a existência de carga horária de aulas práticas, atividades complementares e estágio supervisionado. Todas elas, para os cursos citados acima, envolvem a execução de ações nas instalações produtivas da Fazenda, o Campus.

12. Resultados Pretendidos

12.1 Espera-se que o material a ser adquirido sirva para manter funcionando os laboratórios de aulas práticas das áreas rurais do Campus com a qualidade desejada e em tempo hábil para atender às demandas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Quanto às providências para adequação do ambiente, em especial à estocagem, não há que se fazer adaptações, pois o Campus Barbacena dispõe de setor de almoxarifado responsável pelo armazenamento de materiais e espaço disponível em seus depósitos para o recebimento dos produtos na área rural.

13.2. Trata-se de materiais habitualmente estocados que são utilizados em curtos períodos. Devido ao fato de que os materiais serão solicitados periodicamente, quando da necessidade, como possibilita o SRP, estes serão quase que imediatamente distribuídos aos demandantes.

13.3. De acordo com a forma de contratação do fornecimento dos materiais, não haverá contrato de prestação continuada e, conseqüentemente, não há que se fazer capacitação ou treinamento de servidores e/ou empregados para fiscalização e gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há impactos ambientais significativos a serem mitigados com essa contratação, além dos tratados no item 4.1.3. Dimensão Ambiental, deste estudo.

15. Declaração de Viabilidade

15.1 Considerando os pontos listados a seguir:

- A contratação alinha-se às finalidades do Órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra esse estudo.
- Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados.
- As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista e com a série histórica do contrato.
- No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por muitas empresas do setor, podendo-se supor a participação de várias delas na fase de seleção do fornecedor.
- As estimativas preliminares dos preços foram feitas e estão documentadas adequadamente nesse Estudo.
- O estudo define os resultados pretendidos com a contratação.

- A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.
- Há evidências de que a área requisitante está comprometida com o planejamento e execução do objeto e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência ou do projeto básico.

Essa comissão declara ser viável a contratação dos serviços elencados neste estudo.

16. Responsáveis

Nome	CPF
Guilherme Henrique Fonseca de Castro	787.754.426-04
Marcelo Antônio Rocha de Oliveira	032.081.586-29
Nilcemara Aparecida Vidal	773.515.175-49

Despacho favorável à contratação do objeto deste estudo.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS
GERAIS**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 33/2022 - RPBGPA (11.04.04.11.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Juiz de Fora-MG, 23 de Março de 2022

ETP_nos_moldes_do_Comprasnet_.docx - _ETP-1.pdf

Total de páginas do documento original: 9

(Assinado digitalmente em 08/04/2022 22:15)

NILCEMARA APARECIDA VIDAL

DIRETOR

1789223

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifsudestemg.edu.br/documentos/> informando seu número: **33**, ano: **2022**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**, data de emissão: **23/03/2022** e o código de verificação: **27fc1444b6**